



Anais da Assembléia

17

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO de 1987.

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 7.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1.987
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pela Sra. Deputada Vera Agibert e pelo Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Vera Agibert, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pestuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (47), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Lindolfo Júnior, José Alves, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Edmar Luiz Costa, Hermas Brandão e Lauro Lobo Alcântara (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de pêsames à família Carvalho, pelo falecimento do Sr. ORLANDO DE CARVALHO.

O extinto era casado com a Sra. Lurdes Romor de Carvalho, deixando três filhos. O fatídico ocorreu no último dia 06 p.p., em acidente aéreo, em Umuarama.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

Apoiamento:

JOÃO ARRUDA e ANTÔNIO COSTENARO NETO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Herwig, Secretário dos Transportes, solicitando especial atenção com vistas à construção de uma ponte sobre o Rio Jaracatiá, que liga Dois Vizinhos ao Município de Nova Prata do Iguçu.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma antiga reivindicação das comunidades de Dois Vizinhos e Nova Prata do Iguçu. Neste sentido, os Srs. Prefeitos Olindo Pedro Pagnocelli e Setembrino Thomazi, têm gerenciado seguidamente junto a esta Secretaria, visando a obtenção de recursos para dar andamento às obras.

É importante lembrar que a construção desta ponte trará inúmeros benefícios para os municípios, dentre os quais destacamos a maior agilização no escoamento da produção agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Delcino Tavares da Silva, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando auxílio financeiro para o Asilo Santa Amélia, de Goioerê.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Asilo Santa Amélia, de Goioerê, é uma entidade assistencial que vem prestan-

do relevantes serviços à comunidade local, sem, entretanto, dispor de recursos financeiros suficientes para atender condignamente seus albergados e pessoas que procuram o Asilo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no desempenho de seu mandato Parlamentar e de acordo com suas prerrogativas constitucionais e amparo regimental, REQUER de Vossa Excelência, após manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias e ao Secretário de Estado da Agricultura, Sr. Osmar Dias, determinando a anulação dos convênios e seus aditivos firmados entre a Secretaria de Estado da Agricultura e, por outro lado, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e Sociedade Rural do Paraná, a saber:

1. Programa de Instalação e Funcionamento de Centros de Treinamentos para Produtores Rurais. Convênio firmado em 31/12/86 - Diário Oficial de 24/02/87.

2. Aditivo ao mesmo convênio, firmado em 25/02/87 e publicado no Diário Oficial na mesma data.

3. Convênio objetivando a cedência de 06 (seis) funcionários do Estado para a Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Convênio firmado em 02/01/86.

4. Convênio entre SEAG e Sociedade Rural do Paraná, publicado no Diário Oficial do Estado, em 25/02/87.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Solicitando ao Secretário da Agricultura Osmar Dias que o convênio firmado entre o Governo do Paraná e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, assinado em 31 de dezembro de 1986, publicado em 24 de fevereiro de 1987, na importância de Cz\$ 21.100.000,00 (vinte e um milhões e cem mil cruzados) e o Termo Aditivo de 25 de fevereiro de 1987, na importância de dois milhões, cento e cinquenta mil cruzados), seja revisto no sentido de dividir o valor total em duas partes iguais, onde uma das partes seja repassada para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Paulino Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente de solicitação dirigido ao Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, pleiteando a revisão do convênio firmado com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) PAULINO DELAZERI.

JUSTIFICATIVA:

Gera dúvidas para este Parlamentar o convênio que envolve o Governo do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, pois, é o pequeno proprietário que está sendo o mais sacrificado pela política agrícola do Governo. Perdendo suas propriedades pela exploração do latifúndio, não recebendo recursos, apoio e incentivos do Estado e da União. Citamos como exemplo, o Ofício n. 058/87 recebido da FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná), de 18 de março do corrente ano, nos informando que a Federação dos Trabalhadores "até o ano de 1986 não recebeu nenhum subsídio financeiro dos Governos Federal e Estadual." O mesmo Ofício nos informa que a Federação dos Trabalhadores, "também está construindo um centro de treinamento nesta Capital, mas com recursos próprios, estando em iminência de paralisação por falta de recursos, centro este que servirá para um milhão de trabalhadores rurais."

O Governo do Paraná e o PMDB também têm compromissos com o minifúndio, com seu incentivo e apoio.

Assim, venho requerer a esta Casa de Leis, o apoio na proposição de rever o projeto inicial, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, 50% do valor do Convênio e do Termo Aditivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Rubens Bueno, solicitando auxílio financeiro para a Guarda-Mirim de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Guarda-Mirim de Campo Mourão, tradicional entidade de atendimento aos menores carentes e abandonados de nossa cidade, tem encontrado dificuldades financeiras para continuar seus trabalhos, dos mais relevantes para nossa comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, para que solicite estudos no sentido de se criar uma Escola Agrícola no Município de Maringá.

Esta solicitação, encabeçada pelo vereador Nereu Vidal César, é uma grande aspiração dos jovens de toda a região da grande Maringá, que para lá se convergem para estudos.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando estudos no sentido de se implantar o curso de Segundo grau, na Escola Presidente Kennedy, em Maringá.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, na forma regimental, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, moção de apoio e solidariedade ao "Dia Nacional do Curta nas Telas", a realizar-se em 12 capitais do País, no próximo dia 19.

JUSTIFICATIVA:

O "Dia Nacional do Curta nas Telas" se constitui num ato público de protesto pelo risco que corre a legislação que protege os filmes de curta-metragem, que fazem parte do contencioso Brasil - Estados Unidos. A classe se levanta na defesa do cumprimento e da manutenção do art. 13, da Lei Federal n. 6281/75, que obriga a exibição de um curta-metragem brasileiro junto ao longa-metragem estrangeiro. A lei é uma espécie de reserva de mercado contra a presença maciça do cinema estrangeiro. É uma lei de soberania nacional. Obriga a mesma que 3% da renda do longa-metragem estrangeiro seja destinado ao produtor brasileiro.

No Paraná, o "Dia Nacional do Curta nas Telas" está sendo promovido pela Associação Brasileira de Documentaristas, Conselho Nacional de Cine Clubes, Associação de Cineastas do Paraná e Federação Paranaense de Cine Clubes, com apresentação e

debates no Cine Groff, durante o dia 19 próximo.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja dado conhecimento da mesma às seguintes autoridades:

1. Prof. Celso Furtado, Ministro da Cultura - Ministério da Cultura - Brasília.
2. Dr. René Ariel Dotti - Secretário da Cultura - Secretaria de Estado da Cultura - Curitiba.

3. Dr. Gustavo Dahl - Presidente do Conselho Nacional de Cinemas - CONCINE.

Rua da Imprensa, 10 - 13º andar - Brasília.

4. Dr. Fernando Ghignone - Diretor Geral da EMBRAFILME - Empresa Brasileira de Cinema.

Rua Mayrinck Veiga, 28 - Rio de Janeiro.

A luta da classe justifica a presente proposição, que tem por objetivo solidarizar-se com a mesma na defesa do cinema brasileiro, através do apoio dos Deputados Estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja apoiado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, através de ofício dirigido aos Representantes da Bancada do Paraná na Assembleia Nacional Constituinte, para o atendimento e defesa dos anseios femininos junto à elaboração da nova Carta Magna.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) RAUL LOPES.

Apoiamento: NILTON BARBOSA e CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Desde há muito, as mulheres brasileiras pleiteiam direitos e benefícios, porém, seus anseios não encontram eco junto aos legisladores.

Há que se reconhecer o potencial de trabalho, cultura e capacidade das mulheres que, em nada se diferenciam do homem brasileiro.

Temos, nesta Casa de Leis, Senhoras Deputadas representantes da mulher paranaense, as quais se destacam no desempenho de seus mandatos, nos provando a afirmativa desta justificativa.

Devemos cerrar fileiras junto com as mulheres brasileiras, no intuito maior de que elas conquistem o seu verdadeiro lugar na nova Constituição Brasileira, pois, se assim agirmos, a ninguém estaremos favorecendo, mas sim, fazendo com que, desta forma, desta Casa de Leis, emane a justiça às mulheres brasileiras.

REQUERIMENTO

(a) WERNER WANDERER.

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO que neste mundo de violência, onde a violência é dia a dia mais violenta, ela é contra a mulher uma realidade sem contestação.

CONSIDERANDO o apelo feito pelo Movimento de Mulheres, para que o Legislativo Estadual do Paraná una-se à luta das mulheres para garantir que a Nova Carta Constitucional forneça os instrumentos de defesa dos direitos da mulher e para punir os responsáveis pela violência.

CONSIDERANDO que nossos códigos continuam dando maior importância aos crimes contra o patrimônio que contra a vida e, como tal necessitam modificações estruturais.

CONSIDERANDO que a mulher representa o maior contingente populacional e eleitoral do Brasil e continua sendo tratada como minoria em seus direitos;

REQUER à d. Mesa Executiva, na forma regimental, seja consignada na Ordem do Dia da presente sessão, "Moção de apoio e solidariedade à Carta das Mulheres aos Constituintes".

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dada ciência: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual da Condição Feminina, Conselho Municipal da Condição Feminina, Comissão de Advogadas da OAB, Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica, Federação de Mulheres do Paraná e Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do pronunciamento efetuado no dia de sua posse, pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 023/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MISSAL, com sede e foro na Cidade de Missal - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal, foi declarada de Utilidade Pública municipal, pela Lei n. 06/86, de 18.06.86, e tem por finalidade promover o bem-estar e o ajustamento social das crianças e adolescentes excepcionais onde quer que se encontrem, através de escola especializada, com professores treinados para o ajustamento geral do indivíduo excepcional e estimular estudos e pesquisas relativas ao problema.

Dado o exposto, oferecemos à elevada apreciação de nossos Pares.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Domingos Scarpellini.

Obedecendo à ordem de inscrição, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há mais de um ano que nós estamos vindo à tribuna para falar de agricultura, de agricultores, e mais especificamente para falarmos dos problemas dos agricultores do Vale do Ivaí.

Eu venho à tribuna hoje, com a alma bastante aliviada. Já tive oportunidade, em outras ocasiões, de cumprimentar desta tribuna, o Governador João Elísio, o Governador José Richa, porque também eles, no passado, tomaram medidas que vieram amenizar ou aliviar o problema das dívidas dos agricultores do Vale do Ivaí.

Minha satisfação decorre do fato de que ainda no dia de ontem, fomos informados pelo Diretor de Crédito Rural do BANESTADO, Dr. Brasil Camargo, assim também fomos informados por outros diretores do BANESTADO, a respeito de importantes medidas na área agrícola.

Hoje, no programa "Bom Dia, Paraná", assistimos e ouvimos as palavras do Presidente do Conglomerado BANESTADO, falando das providências finais que estavam sendo adotadas através de um novo programa de encampamento da dívida de cerca de 170 agricultores do Vale do Ivaí, que não tiveram a oportunidade e não foram contemplados na negociação feita com mais de 250 agricultores no ano passado.

Realmente, esta medida do BANESTADO, orientada, tenho certeza, pela firmeza e decisão do nosso Governador Álvaro Dias, que já na vez anterior foi peça fundamental para que o BANESTADO, os Governos José Richa - João Elísio, tomassem providências no sentido de encampar a dívida dos agricultores. Hoje nós podemos comparecer a

esta tribuna para dizer que os agricultores do Vale do Ivaí, os verdadeiros agricultores do Vale do Ivaí, terão as suas dívidas encampadas pelo BANESTADO e terão prazos que variam de três a cinco anos, a juros diferenciados, para que possam, finalmente, neste período, amortizar e quitar a dívida que hoje pesa sobre os seus ombros.

Nós, que antes do Plano Cruzado tínhamos praticamente uma situação de insolvência daqueles agricultores. Com a chegada do Plano Cruzado, muitos bancos ao serem procurados pelo BANESTADO fizeram concessões, eliminaram parte da correção monetária, de juros, de multas e todos os agricultores e o BANESTADO encampou a dívida de mais de 250 agricultores, como já disse, envolvendo recursos da ordem de trinta milhões de cruzados, naquela época.

Hoje, vem o BANESTADO decidido a pôr um fim àquela situação lamentável que existe no Vale do Ivaí. O nosso Banco Estadual vem tomar uma posição, elaborar um programa junto com a Secretaria da Agricultura, para encampar o restante da dívida, de cerca de 170 agricultores, num montante aproximado de mais vinte milhões de cruzados.

Ao todo serão cinqüenta milhões de cruzados que o BANESTADO estará investindo para salvar cerca de 500 agricultores do Vale do Ivaí, que estavam ameaçados de perder as suas propriedades, que estavam sendo expulsos das suas propriedades, que estavam indo embora do nosso Estado e que estavam deixando de ser agricultores.

Cumprimento a firmeza e a verdade das palavras do nosso Governador e da sua equipe ao tomarem uma decisão tão acertada e de tão grande importância para a agricultura e para os agricultores do nosso Vale do Ivaí. Os nossos cumprimentos e esperança de que medidas dessa grandeza e dessa importância sejam levadas a todo o Paraná, servindo de exemplo para o Governo Federal, que tem se mostrado insensível com o drama, que não é um drama financeiro, mas é um problema social da agricultura e dos agricultores brasileiros esta sua dívida e esta sua insolvência.

Muito obrigado.- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Nunca é demais vir a esta tribuna a fim de traduzir a situação de angústia em que vive a nossa lavoura.

Ainda neste último fim de semana, em Umuarama, pude sentir de perto, uma vez

mais, o clima de insatisfação e de descontentamento dos agricultores.

As queixas são as mesmas. Eles querem e pedem a redução das taxas de juros. Reclamam a fixação de preços justos para os seus produtos. Querem, enfim, a definição de uma política agrícola que dê tranquilidade e segurança. Caso contrário, não terão mais condições de continuar trabalhando e produzindo, pois há muito tempo que o nosso agricultor está vivendo de teimoso.

Em Vila Alta, Distrito de Umuarama, vi o verdadeiro drama dos produtores de algodão, de café, e de milho. Eles atenderam aos apelos do Governo, plantaram, produziram, mas e agora? Faltam preços, faltam armazéns, falta aquisição pelo Governo.

Senti, também, o clima de insatisfação daqueles que se valeram do arrendamento mercantil para adquirir caminhões, tratores e implementos. Hoje, com os juros em níveis altíssimos, eles são obrigados a entregar esses bens, pois não têm como pagar!

Tudo isso, Sr. Presidente, é muito doloroso! É muito preocupante, pois, sabemos que sem uma agricultura forte, não teremos jamais uma economia forte, um País desenvolvido.

Por isso, quero deixar aqui o meu apelo, ao lado de tantos outros que já fizeram o mesmo, no sentido de que as autoridades estaduais e federais dêem ouvidos e prestem atenção aos reclamos dessa gente, no sentido de que, antes de mais nada, e se quiser realmente resolver os problemas do Brasil, o Governo que trate de dar ao campo condições de continuar plantando e produzindo.

Caso contrário, a ruína da lavoura será também a ruína do Estado e do Brasil".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste momento, a iniciativa privada do Paraná se debate na angústia e na desolação de não encontrar na administração da Economia Nacional outro caminho que não o retorno à recessão.

Ao saber das ondas da Economia, parece longe de encontrar o seu porto seguro. É o desenfreamento da inflação sem a perspectiva de um nível que permite a criatividade empresarial de programar, de prognosticar, de planejar sequer o mês seguinte das suas atividades.

Atrélada a esse fantasma, decorrência natural do sistema, as elevadas taxas de

juros, pagas pelas empresas para custeio do capital de giro, asfixiam e condenam ao socorro qualquer empresa que use esses créditos.

Indubitavelmente alinham-se neste contexto, com maior ênfase, as microempresas.

O clima, mais do que pânico, é de isolamento. Aguardar as providências do Governo Federal representa combater o estado de coma das microempresas com dose de melioral. O Presidente José Sarney aponta para o apoio do repasse de oito milhões de cruzados do Fundo Nacional de Desenvolvimento, captados por meio dos empréstimos compulsórios. Se forem porém obedecidas as tramitações burocráticas de praxe, não temo afirmar, o paciente diz socorro e sequer estará ofegando.

Não pretendo ser arauto do apocalipse microempresarial do Paraná e sim advertir para a urgência da necessidade de intervenção do Governo do Estado, no sentido de criar através do BANESEDO um fundo de emergência a juros compatíveis. As manifestações públicas do setor são rigorosamente procedentes.

A solução tem que ser agora, porque amanhã será tarde.

Muito obrigado.- (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, nobres colegas, demais trabalhadores aqui presentes.

Ontem, pela manhã, estive presente num momento da classe trabalhadora, na greve dos metalúrgicos da empresa Mueller. Lá constatamos o rol das grandes injustiças contra a classe trabalhadora cometidas nesta Nação em que os patrões, certamente com grande apoio do Estado, do Governo, estão se negando a pagar um pequeno reajuste já acertado há dois meses atrás.

Tive conhecimento também, que o Sr. Deliberador Neto, Diretor do DETRAN,, "aprontou a sua última" ao demitir, sem motivo algum, trinta e três funcionários do DETRAN do Paraná. Isto é histerismo.

Em setembro, houve a greve do DETRAN, que foi comandada pela própria Associação, pelos próprios funcionários. Na época, era véspera de eleição. Tanto o Governador quanto o Secretário de Segurança da época garantiram aos funcionários que não haveria perseguições ou represálias.

Acabada a greve, a história foi outra. O Diretor do DETRAN tirou da Associação a sua sede, e iniciou uma sistemática perseguição a todos os funcionários que participaram da greve. Sua sede de vingança só se consumou no dia 10 de março, ao baixar

uma portaria demitindo trinta e três funcionários. Esta portaria foi publicada na semana passada, no dia 12.

Segundo o que a imprensa noticiou, as demissões têm o aval do novo chefe do DETRAN, Jesus Sarrão, que se negou a receber a Associação para explicar as demissões. Os pretensos motivos das demissões foram a incompetência e a corrupção dos funcionários.

Só agora o Sr. Deliberador percebe a corrupção e a incompetência?

Não será incompetência perceber a corrupção somente a cinco dias do término do seu mandato no DETRAN? Por que será que os demitidos são todos funcionários que participaram da greve? Por que toda a Diretoria da Associação foi demitida, qual a justificativa que se dá para demitir?

Portanto, através destes dois fatos nós constatamos uma reprodução de uma realidade triste que se reproduz cada vez mais com relação à classe trabalhadora que mui generosamente se organiza, exige e se manifesta de forma organizada exigindo os seus direitos mais que justos.

Por isso, é de suma importância de que nós, representantes dignos da classe trabalhadora do Paraná, não aceitemos estas outras demonstrações, já constatadas neste plenário em nosso pouco tempo de mandato, de que não se quer prestar as explicações, não se quer dar as explicações necessárias. Assim não se permite que a forma mais adequada de encontrar a saída melhor é através da discussão, do debate e do diálogo entre o povo e o Estado que o deve representar.

Lamentavelmente nós temos muita coisa que fazer nesta Casa para, a partir daqui se empenhar para que a maior força desta Nação, que são os trabalhadores, sejam melhor vistos, melhor ouvidos e melhor administrados.

Muito obrigado. (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cada vez mais se acentua o clima de perplexidade que toma conta do País, diante do desacerto da política econômica. Medidas práticas e efetivas deixam de ser adotadas quando se lança paliativos que não resolvem os problemas que ocorrem em nossa época.

Nós temos notado em todos os momentos as dificuldades que ocorrem em vários setores da economia nacional.

Nós temos também acompanhado o que vem acontecendo no caso da carne bovina, mercadoria tão procurada pela população brasileira.

Ora o Governo estimula a exportação, ora o Governo estimula a importação para abaixar os preços no mercado interno.

E agora nós observamos, através de informações de jornais, que o Governo está novamente com a intenção de exportar carne bovina sob o argumento de que os produtores têm um grande estoque para exportação. Mas nós entendemos perfeitamente que o grande objetivo destas notícias e destas medidas é o de elevar o valor do produto no mercado interno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É preocupante esta situação, pois quando há abundância do produto no mercado e aqueles que detêm grande quantidade dele querem forçar o mercado a elevar seus preços, isto significa que o Governo brasileiro fecha os olhos e faz com que o consumidor, aquele que precisa do produto para o sustento da sua família, encontre, que já vem encontrando grande dificuldade de sustentação, de poder adquirir o produto, acabe tendo maior dificuldade ainda, beneficiando aqueles que produzem em grande escala e têm o produto com abundância.

Portanto, nós ficamos preocupados e passamos por esta tribuna, com estas breves palavras, para registrar esta preocupação em defesa do consumidor brasileiro, daqueles que precisam do alimento, principalmente da carne, para sustento de suas famílias.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Luiz Carlos Alborghetti, inscrito.

Vossa Excelência tem trinta minutos para proceder à sua oração.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há anos, na televisão, eu venho debatendo o problema da segurança no Estado do Paraná.

Como Vereador, em Londrina, fiz uma série de requerimentos, indicações a diversos Secretários da Segurança, colocando-lhes as minhas idéias em favor da segurança da família paranaense, e acredito que outros companheiros que militam na área policial, entre eles meu amigo, companheiro Deputado Algaci Túlio, que também como Vereador, já deve ter enviado à Secretaria da Segurança as suas idéias, a sua vontade de querer que a Segurança do Paraná seja totalmente reestruturada.

Hoje, apresento um requerimento, nesta

Casa, de um velho sonho, um velho sonho de um repórter policial, o assim chamado "carrapicho", que já dormiu nos plantões de uma Delegacia de Polícia, e que com um radinho acompanhava o seu programa, numa emissora de Rádio, pegava o telefone, na Superintendência ou no Plantão da Delegacia de Polícia, passando as suas notícias à rádio e à televisão!

É fácil criticar a Polícia, é fácil você ocupar uma tribuna e dizer que a Segurança do Paraná vai mal, mas o difícil é você conviver dentro da Pasta, dentro da Secretaria da Segurança e ainda continuar com vontade de criticar.

Com uma Segurança sem dinheiro, não se faz nada!

Um Secretário, como o Noronha, que assume agora, se não tiver o respaldo do Governo, o que é que ele vai fazer em termos de Segurança no meu Estado do Paraná? Nada!

Lembro-me do Secretário Felipe Mussi, lembro-me do Dr. Jesus Sarrão ... quantas vezes enviei ao Dr. Jesus Sarrão uma série de idéias, de preocupações...

Recentemente, sem magoar o Dr. Jesus Sarrão, foi inaugurado na minha cidade, uma Delegacia de Entorpecentes e sei que o Dr. Jesus Sarrão dizia na época: "Luiz Carlos, nós não temos condições, nós não temos verba, está difícil". E, eu pedia para a minha cidade uma Delegacia de Entorpecentes; pedia para a minha cidade delegados especializados na área, psicólogas e assistentes sociais. Quantas psicólogas saem das Universidades do Paraná e estão desempregadas? Quantas assistentes sociais saem das Universidades e estão desempregadas? E eu pedia ao Dr. Jesus Sarrão: "Vamos contratar, em todas as Delegacias de Polícia, uma assistente social e uma psicóloga". E o Dr. Jesus Sarrão dizia: "Não temos condições; o Governo não nos oferece condições."

Pasmem os Senhores, pedi uma Delegacia de Entorpecentes para a minha cidade, e aí foram até lá, reuniram-se na Prefeitura; primeiro queriam trazer um delegado que maltratava a imprensa, eu falei: "esse não vem", aí fizeram a instalação da Delegacia. Esperei, não fui no ato solene, aí falei, tudo bem, vou esperar um mês. Passou-se um mês, fui à Delegacia, falei: "agora vou conhecer a delegacia, não a delegacia, mas o setor com que eu tanto sonhei; eu vou chegar lá e vou ver um delegado especificamente treinado para o cargo, vou ver um escrivão, vou ver a psicóloga, vou ver a assistente social", porque o problema, como os Srs. Deputados sabem, é prender o traficante; mas o viciado não, este não precisa de cadeia, precisa é de tratamento. Por essa razão, quando o viciado for preso, ele tem que passar pela

mão da assistente social para ver onde está o seu problema após, deve ser atendido por um psicólogo ou psicóloga para ser encaminhado a um hospital credenciado e pago pelo Governo para fazer o tratamento.

Mas, meus Senhores, eu cheguei à Delegacia depois de trinta dias, fui bater à porta do setor de entorpecentes que foi criado na minha cidade, bati à porta e ninguém atendeu. Pensei que deviam estar trabalhando. Encostei o ouvido à porta, pois podia ser que estivessem lá, prendendo um traficante. Bati novamente à porta e quando abri, constatei que após trinta dias não tinha nada dentro da sala, nada, não tinha máquina, não tinha delegado. Tinha era uma barata andando dentro da sala e eu falei: "ué, mas cadê o setor de entorpecentes que foi criado, cadê, já se passaram trinta dias e não tem, não está instalado". Então eu vi que o Dr. Jesus Sarrão tinha razão quando dizia que não adianta criar sem colocar a mesa, o delegado, o escrivão. Então isto tem que parar no Paraná, tem que acabar com tal situação no Paraná. Chega desse negócio de, em época de eleição, ir lá inaugurar a ponte, sem estar terminada; inaugurar um hospital, quando não está terminado; inaugurar uma delegacia de entorpecentes, mas sem ter delegado para pôr, sem ter nada. Tem que acabar com isso no Paraná. E como que nós vamos acabar? Injetando dinheiro na área da segurança, injetando recurso na área da segurança. Vivendo o problema, sentindo o problema, eu vejo as ocorrências que constantemente chegam a todas as delegacias de polícia do Paraná. Por exemplo, o cidadão está em casa, o bandido entra, mata o pai de família, estupra a mulher, aí o bandido é preso em seguida e passa a ter um tratamento especial. Ele é encarcerado, ele come a comida do Governo, ele se veste, se tem dinheiro ele tem mordomias dentro de sua cela, e quando ele vai a julgamento, se não tem advogado, o Governo paga o advogado para fazer a sua defesa. Agora, eu pergunto: "e os direitos da mulher que foi estuprada, e os direitos da família que foi violentada, ela não os tem". Por isto que nesta tarde eu trago mais um sonho acerca de segurança no Paraná. Neste sonho aparece o que gostaria de ver concretizado em todos os municípios do Paraná. O requerimento que eu gostaria de ver aprovado por esta Casa, é neste sentido.

(Lê o requerimento:)

"Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de cópias ao Excelentíssimo Senhor Governador, Secretário da Segurança Pública e aos Deputados Federais do Paraná, pedindo estudos para que seja criado em todos os muni-

cípios do Paraná a Delegacia de Amparo às Famílias vítimas de crimes violentos.

1.º) Muitas são as famílias pobres que perdem seus entes queridos assassinados ou por alguma forma de violência no Paraná, e não sabem como discutir, analisar e reivindicar seus direitos, já que o assassinato quando produz uma tragédia ou desgraça em um lar pobre ou humilde, este marginal quando é preso tem a seu favor o direito de defesa com advogados fornecidos pelo Poder Judiciário e, às vezes, este marginal também consegue pagar o seu defensor.

2.º) Já a família que foi vítima de crimes violentos muitos delas na sua totalidade não tem condições de contratar um advogado para acompanhar o processo do homem-marginal que violentou, destruiu a sua família.

3.º) O que se pretende é que seja criado nos municípios do Paraná, uma Delegacia dotada de Delegados, Escrivães, Psicólogas, Assistentes Sociais, e principalmente advogados para determinar a posição de cada caso e cada inquérito policial, e também acompanhar e mostrar às famílias vítimas de crimes violentos, a direção de cada processo que se encontra na Justiça.

4.º) Esta Delegacia viria trazer à Secretaria da Segurança Pública do Paraná, um sentimento de dignidade, pois, seria uma proposta, um plano, um projeto para proteger, abrigar, resguardar as famílias que precisam de um auxílio-amparo aos seus direitos.

5.º) Esta Delegacia de Amparo às Famílias que tenham passado por crimes violentos, crimes que abalam a opinião pública, e na maioria, acontecendo com as famílias humildes e sem recursos, teriam neste órgão, o direito de resguardar sem desvios, sem intermediários, sem rodeios o direito de ver a justiça com igualdade para todos.

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI."

Requeiro isto porque o Governador bem o disse outro dia, que começaria o Governo da verdade; para se fazer a verdade acontecer temos que injetar dinheiro na área da segurança do Paraná. Ao Secretário da Segurança Pública, aos Deputados Federais do Paraná, estou pedindo estudos, porque já sei que não tem dinheiro, assim estou pedindo estudos para que seja criado em todos os municípios do Paraná a Delegacia de Amparo às Famílias Vítimas de Crimes Violentos. Em primeiro lugar, porque são muitas as famílias pobres, que perdem seus entes queridos assassinados, por uma ou por outra forma de violência no meu Estado. Tais famílias não sabem como discutir, analisar, reivindicar os seus direitos. Já que assassino, já que um violentador,

quando produz uma tragédia, uma desgraça em um lar pobre ou humilde, este marginal, quando ele é preso, ele tem a seu favor o direito de defesa, com advogados fornecidos pelo Poder Judiciário; e às vezes, este mesmo marginal também consegue pagar o seu defensor.

Em segundo lugar, a família que foi vítima destes crimes violentos, muitas delas, a sua quase totalidade, não têm condições de contratar um advogado para acompanhar o processo do marginal que violentou e destruiu a sua família.

Terceiro: o que eu pretendo é que seja criado nos municípios do Paraná uma Delegacia dotada de delegados, escrivães, psicólogas, assistentes sociais, e principalmente, advogados pagos pelo Governo, com salas dentro de cada Delegacia, para orientar esta família pobre. A família chega lá e é maltratada; a viúva diz: o meu marido foi assassinado, eu quero saber como é que está o inquérito, quero saber como é que está o processo". Mas ela tem medo de ir ao Fórum, tem medo do Juiz, tem medo do Promotor, tem medo do "tira", tem medo do escrivão.

Então, eu queria ver instaladas tais delegacias, para que a família pobre, ao chegar nesta Delegacia de Amparo tivesse lá, a assistente social, a psicóloga, e os advogados pagos pelo Governo do Estado. Em vez de se gastar fortunas em propagandas no rádio e na televisão; devemos parar com estas aberrações e aplicar dinheiro na segurança do meu Estado. Aplicar dinheiro com advogados para defender o pobre, que não tem dinheiro para pagar um defensor, para acompanhar a tragédia que aconteceu dentro do seu lar.

Eu quero dizer, Srs. Deputados, que se estou sonhando, vou continuar sonhando, porque esta não é a primeira proposta que vou oferecer ao Secretário Noronha, da Secretaria da Segurança Pública. Digo mais, além dos advogados para acompanhar o inquérito policial, eles também deveriam acompanhar e mostrar às famílias vítimas de crimes violentos a direção de cada processo que se encontra na Justiça.

Em quarto lugar, esta Delegacia viria trazer à Secretaria da Segurança Pública do Paraná, um sentimento de dignidade, pois, seria uma proposta, um plano, um projeto, para proteger, abrigar, resguardar as famílias que precisam de um auxílio-amparo aos seus direitos. Esta Delegacia de Amparo às Famílias que tenham sofrido crimes violentos, crimes que abalam a opinião pública, e que na maioria dos casos vêm acontecendo com famílias humildes e sem recursos. Elas teriam, neste órgão, o direito de resguardar sem desvios, sem intermediários, sem rodeios, o direito de ver a justiça ser exercida com igualda-

de para todos.

Este é o meu requerimento, esta é a minha idéia de ser criada no Paraná uma delegacia dotada de advogados, assistentes sociais e psicólogos, uma delegacia de amparo, amparo Srs. Deputados às famílias vítimas de crimes violentos.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Tenho certeza que esta sua luta é a minha luta também. É a luta de um grande repórter policial e que também já foi Deputado nesta Casa e que nos dá o prazer de sua visita hoje, prestigiando este seu depoimento, que é o ex-Deputado José Domingos, homem também ligado ao nosso meio, "carrapicho" como nós somos conhecidos. Homem que durante muitos anos, da mesma forma como nós, dormiu em cadeiras, em delegacias que são verdadeiras porciúnculas, aqui mesmo na Capital. Este sonho de Vossa Excelência, é um sonho meu, é um sonho do radialista José Domingos, é um sonho de todos nós, repórteres policiais, que queremos ver uma Secretaria menos política, e mais polícia, é esta a Secretaria que nós queremos, é um Secretário de Segurança que não ocupe o cargo por uma indicação política apenas, um Secretário que não cumpra o seu mandato porque na metade do seu mandato sai e vai concorrer a um cargo eletivo. Nós queremos que seja um Secretário que entre numa Secretaria para trabalhar na área e que seja realmente um homem do ramo, homem que tenha galgado todos os degraus da carreira na classe policial, porque se o policial, o delegado de primeira classe não tiver respeitabilidade, não tiver credibilidade para assumir uma pasta como esta, então não sei por que é que temos os delegados das suas determinadas classes.

Então, precisamos acabar de uma vez por todas de colocar desembargador, juiz, advogado, engenheiro, médico e assim por diante, para comandar uma Pasta de tamanha importância, como é a Pasta da Secretaria da Segurança.

Eu sei que em todos os governos sempre há uma válvula de escape e Vossa Excelência vai concordar comigo que a válvula de escape é criticar a polícia. Esta é a maneira de se desviar as atenções de outros setores do Governo, da Saúde, da Educação, por exemplo, porque enquanto o povo fica nos ouvindo diariamente, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, criticando a polícia, o povo não sabe que há problemas na área da educação; o povo não sabe que há problemas na área da saúde; o povo não sabe que há problemas na área do trabalho. Por que - Porque as suas atenções ficam

desviadas para os problemas da segurança, que são maiores, não resta a menor dúvida, mas por isso mesmo é preciso que se faça segurança com credibilidade, com respeitabilidade; é preciso que o Governo realmente passe a dispensar uma atenção maior a esta pasta, que é por demais importante. Graças a Deus que nesta Casa, nesta Legislatura - e eu falava ainda hoje pela manhã, na minha rádio, em homenagem a Vossa Excelência em homenagem ao ex-Coronel Comandante da Polícia Militar, Deputado Raul Lopes - Estão presentes três homens diretamente ligados à área da segurança, e se desta vez nada se fizer pela segurança no Paraná então não se fará nunca mais.

Eu quero unir-me a Vossa Excelência e dizer que não quero tomar mais o seu precioso tempo. Estou acompanhando com muito interesse o seu discurso, eu quero apoiar as suas idéias. Pretendo colocar, aqui na Casa também, nos próximos dias, as minhas idéias. Vamos somar idéias para uma segurança com credibilidade, com todo o respeito ao novo Secretário que agora assume, para que possa realmente fazer um bom trabalho.

Agora, só se fará um bom trabalho policial se neste Governo, que diz que será o Governo da verdade, de fato prevalecer, acima dos interesses políticos, a segurança do povo.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado, pelo aparte de Vossa Excelência.

Ao finalizar meu pronunciamento nesta Casa, conto também com o testemunho de uma pessoa que eu ainda não conhecia, mas que aprendi a admirar. Tenho com ele trocado idéias. Passei a respeitá-lo e sei que ele me respeita. Refiro-me ao ilustre Deputado Raul Lopes, da minha Bancada, que igualmente está preocupado com a área da segurança.

Digo aos Senhores que com respeito ao que o novo Secretário da Segurança Pública falou no dia de sua posse, provocando manchetes estampadas em vários jornais do Paraná, confesso aos Senhores que não gostei destas manchetes. Com todo o respeito, acredito muito no Secretário Noronha, mas ele disse que sua gestão também será para prender os homens do colarinho branco. Mas a Polícia que está aí não vai prender nenhum homem do colarinho branco. Para que se faça isto, acho que a preocupação primeira é dotar todas as Delegacias de Polícia com bons policiais, com viaturas.

Pasmem os Senhores! O Deputado Raul Lopes sabe, o Deputado Algaci Túlio sabe, que quando quebra uma viatura na minha cidade, para se trocar um platinado precisa-se primeiro telefonar para Curitiba para fazer um empenho, para depois comprar o

platinado. Se fura um pneu da viatura, o chefe da manutenção em Londrina, o Toninho tem que correr a cidade para pedir emprestado pneu para colocar na viatura. Que vergonha! Quando vai se parar com isto no Paraná, ou em São Paulo, no Brasil? Quando se vai pensar na realidade da segurança do Paraná?

Outro dia vi, mandei filmar e passei na televisão: três policiais empurrando uma viatura, porque ela não pegava. Aí abandonaram-na na Vila Cazoni. Fui perguntar o que aconteceu. Disseram: "Não sei, não pega". Aí eu disse, porque não pegam esta desgraça e não mandam de presente para o Secretário? Mandem de presente para o Governador! Uma cidade de meio milhão de habitantes, como é que pode? O Deputado Homero Oguido é Deputado por minha cidade, ele está aí, sabe dos nossos problemas.

Ora, uma viatura encostada na Vila Cazoni. Passei e perguntei pelo que estava acontecendo. Passei no primeiro dia, estava lá. No segundo dia, estava lá. No terceiro, estava lá. O que está acontecendo? A garagem da Delegacia de Polícia mudou de endereço. Não, é que estava quebrada! Foram buscar a viatura, trouxeram, não sei se foi arrumada.

O Sr. Raul Lopes - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Carlos Alborghetti, permita-me congratular-me com Vossa Excelência nesta oportunidade, e o faço de forma extensiva ao companheiro Deputado Algaci Túlio.

Diz muito bem Vossa Excelência quando traz à tona e a público o que vem acontecendo dentro da área da segurança pública. Quero crer que desta feita, juntos, poderemos desenvolver alguma coisa em prol de segurança de nossa comunidade, e por extensão, da comunidade paranaense.

Dentro de algumas horas haveremos de, juntos, constituir uma equipe para a Comissão de Segurança Pública nesta Casa de Leis. A expectativa nossa, tenho certeza, é enorme, porque haveremos de nos esforçar para tentar desenvolver algum trabalho junto ao Governo do Estado, no sentido de sanar todas estas preocupações. Concordo com o que está sendo dito e faço minhas as palavras deste companheiro que ocupa a tribuna neste momento, para relatar algumas coisas que vêm acontecendo nesta área.

Eu sustentei algumas vezes em campanha que Educação e Segurança Pública nunca foram prioridades do Governo. Eu quero crer agora, como político, como Parlamentar, que haverei de tomar uma postura diferente. Eis a razão pela qual aqui estou, tenho certeza que assim também é com o companheiro Deputado Algaci Túlio e o companheiro Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

De sorte que eu quero congratular-me com todos vocês e repetir, dentro de algumas horas se Deus quiser, que juntos cerraremos fileiras, desenvolver nosso esforço em prol da Segurança Pública neste Estado. Muito obrigado pela oportunidade, companheiro Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Luiz Carlos Alborghetti. No discutir a questão da Segurança Pública nós ficaríamos aqui o dia inteiro, porque nós temos conhecimento dos problemas desta área. E não apenas nós, Deputados ligados à área mas também os demais têm conhecimento da crise que existe dentro da área de Segurança.

Mas, diz bem Vossa Excelência, quando fala do problema de uma viatura quebrada. Pior ainda, Deputado, é quando o delegado de uma pequena cidade tem que se sujeitar à boa vontade do prefeito que fornece a gasolina para a viatura, ou senão às vezes até utilizar carro particular, de um vizinho, para ir caçar o bandido. Pior ainda, Deputado, é quando a Polícia, com tantas viaturas para dar atendimento às mordomias de delegados, de capitão de polícia que usa carro oficial para ir para casa almoçar, para dormir, e quando não também não o usa para levar a esposa no supermercado, no cabeleireiro, ou usa algum carro roubado que deveria devolver ao seu legítimo proprietário. E aqui em Curitiba está um exemplo disso: a Delegacia de antitóxicos, uma das mais importantes deste Estado, usa três veículos roubados que não foram devolvidos aos seus legítimos proprietários. E assim são as demais delegacias da Capital e do Interior, como Vossa Excelência sabe.

É este o problema. Este estado de coisas haveremos de debater nesta Casa, e se necessário for, faremos um seminário aqui nesta Casa, trazendo todos os homens ligados à Segurança, trazendo o Governador, para que saiba e veja de perto os problemas que rondam a segurança de nossas famílias. Muito obrigado.

O Sr. Nereu Massignan - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Senhor Deputado. Eu estou entrando numa seara alheia, já que me permito entrar num debate com três especialistas: o nobre Orador, o ilustre Deputado Algaci Túlio e o ilustre Deputado Raul Lopes.

Mas, mesmo não sendo um especialista em segurança pública, eu gostaria de prestar um depoimento em relação à Região que eu represento, que é o Sudoeste do Paraná. Nós notamos, a partir de 1982, uma mudança na política de Segurança no Estado do Pa-

raná, e dou este testemunho baseado em fatos, porque o Sudoeste do Paraná, que até 1982 era a casa do banditismo, da malandragem, da roubalheira, onde os veículos, os tratores, os arados, as pás e os instrumentos de trabalho dos colonos eram surrupiados, onde na verdade o Sudoeste vivia numa insegurança total.

Com a posse do Governo do PMDB, o Sudoeste se sentiu mais tranqüilo. E dou este testemunho baseado em algumas linhas gerais implantadas na política de Segurança do Estado, invocando como primeira linha de trabalho democrático, aberto que foi o estímulo à criação dos Conselhos Comunitários de Segurança, onde a população começou a participar e cobrar posturas dignas da polícia em relação aos bandidos e ao crime. E isto co-responsabiliza a sociedade como um todo no combate à criminalidade.

Na outra linha, um problema crônico que enfrentava o Estado do Paraná, que foi a implantação do pagamento de um salário aos delegados chamados "calças curtas", evitando com isto o argumento de que, não recebendo o salário do Estado, se permitiam oficializar a corrupção através dos trambiques tão conhecidos que se praticavam nas delegacias por delegados nomeados sem remuneração, apenas por interesses políticos momentâneos.

A postura democrática no trato das questões policiais quando verificada a violência em relação ao cidadão, se dava por meio de sindicâncias prontamente abertas, e os casos eram investigados, punidos e executados.

Quando presto este depoimento em relação ao Sudoeste, eu tenho como dever de consciência fazer isto por duas razões. Primeiro, porque senti que com a chegada do nosso partido ao poder no Paraná, nós começamos as mudanças. Em segundo lugar, porque sou testemunha do clamor, da insegurança do Sudoeste até 1982. E sou testemunha do aplauso da segurança, da novidade neste aspecto, que se implantou no Sudoeste, através da população daquela região.

Portanto, apenas para registrar isto e continuo ouvindo atentamente o seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Concordo em parte com seu aparte, mas ainda acho, eu que vivo polícia, respiro polícia, ainda acho que quanto à segurança do Paraná, nós temos muitas coisas a fazer.

Concordo que os Conselhos Comunitários da Segurança da sua região, de Maringá, funcionam, mas o da minha cidade não funciona.

Concordo com a questão do salário; apontado por Vossa Excelência que como Ve-

reador pedi por várias vezes. Concordo com vários itens que Vossa Excelência apresentou nesta Casa, mas ainda temos muita coisa por fazer pela segurança do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Apenas, para comunicar a Mesa que se o Deputado Luiz Carlos Alborghetti necessitar de mais horário tem o Horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem mais nove minutos para continuar o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado.

Então, Deputado Nereu Massignan, com todo o respeito, estou conhecendo-o nesta Legislatura.

A sua região foi beneficiada. A minha foi beneficiada em determinados setores. Por exemplo, não sei se ainda se encontra nesta Casa o Dr. Jesus Sarrão. Quantas vezes o Dr. Jesus Sarrão nos ajudou. Mas naquilo que ele pôde. O que ele pôde fazer, ele fez. O outro Secretário que me perdoe, não fez nada pela minha região.

O Dr. Jesus Sarrão adentrou à Secretaria de Segurança, ele nos ajudou no que pedimos. Quantos requerimentos eu enviava ao Dr. Jesus Sarrão pedindo idéias, levando idéias. E o Dr. Jesus Sarrão, que com muito orgulho vai ocupar agora a direção do DETRAN do Paraná, com ele eu conversava, com ele eu trocava idéias.

Então, venho a esta Casa trazer as minhas idéias, os meus sonhos. Porque a segurança que eu quero no Paraná não é esta que está aí. Eu quero que o Governo Álvaro Dias enxerte dinheiro na Polícia Militar do Paraná. Eu quero trazer idéias. Não vim aqui criticar. Eu vim aqui fazer críticas construtivas e apresentar propostas. Eu quero que analisem minhas propostas. Eu acho, como disse o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Raul Lopes, que nós temos também o problema da saúde, o problema da educação, como ocorre na minha cidade, onde temos o segundo maior colégio do Estado, e há duzentas crianças estudando em pé porque faltam 200 carteiras.

Muita coisa tem que ser feita neste Estado.

Já que o Governador Álvaro Dias disse na frente do Palácio, que começava, naquele momento e naquela hora, o governo de verdade no Paraná. Eu acredito nele e vamos ver se esta verdade vai aparecer.

Para que esta verdade apareça, nós precisamos injetar dinheiro na educação, dinheiro na saúde e dinheiro na área de segurança do Paraná.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento)

Deputado Alborghetti, Vossa Excelência faz um pronunciamento, nesta tarde, que eu reputo da maior importância.

Segurança é uma das coisas que a população mais cobra. Até porque a segurança na sua vida, no seu patrimônio, e esse assunto, realmente, Deputado Luiz Carlos Alborghetti e demais companheiros, deve ser tratado com profundidade e deve ser sempre uma das prioridades de qualquer Governo.

Quando se fala em salário, se quer salário bom para o trabalhador, mas se quer, também, que o trabalhador tenha direito de ir e vir com segurança, e isto é de suma importância.

Eu quero lhe relatar um fato, Deputado, uma discussão feita um dia, um comentário de um amigo.

No início do Governo Richa, os delegados do interior estavam sendo convocados para vir à Capital receber um revólver. E eu vi as ponderações pelo fato do Delegado ter que fazer duzentos, trezentos, quatrocentos quilômetros para vir buscar um revólver, e eles diziam que isto era uma vergonha. E, realmente, é uma vergonha. Talvez não pelo fato da viagem, porque o delegado tem que vir para assinar o termo de responsabilidade. A vergonha é pelo fato de ter que vir buscar "um" revólver. As delegacias do interior, nobre Deputado, não tinham revólver, não tinham escopeta, não tinham combustível, a maioria não tinha viatura, não tinha recursos para trocar uma lâmpada!

Então, concordo plenamente com Vossa Excelência. Tem que se continuar injetando dinheiro na segurança pública, porque a nossa segurança pública, até há pouco tempo atrás, fazia do delegado de polícia do interior, da segurança do interior, um verdadeiro mendigo para as Prefeituras, até para pôr gasolina no tanque de seus automóveis.

Precisam injetar dinheiro na segurança pública, e não exclusivamente em pessoal. Porque aumentar o contingente de pessoal, sem dar condições para que esse pessoal desempenhe a sua função, não resolve nada também.

Parabenizo-me com o nobre Deputado. Tenho certeza que o seu requerimento encontrará eco junto ao Governo Álvaro Dias, para que possamos aperfeiçoar este grande instrumento de defesa da vida e da propriedade que é a segurança pública no nosso Estado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para encerrar, Sr. Presidente, Deputado Raul Lopes, Deputados Algaci Túlio, Nereu Massignan, Caíto Quintana, demais Deputados.

Trago aqui hoje uma idéia. Esta idéia eu já a tinha passado ao ilustre ex-Secretário da Segurança Pública do Paraná, Dr.

Jesus Sarrão, que está aqui hoje.

Passo-a ao novo Secretário. Trata-se da criação da primeira Delegacia de Amparo às Famílias de Vítimas de Crimes Violentos no Estado do Paraná, dotadas de psicólogos, assistentes sociais, advogados. Minha primeira idéia!

Voltarei a esta tribuna com outras idéias. Enquanto for Deputado, estarei aqui lutando pela segurança do Estado do Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto a Liderança do PDS, se fará uso do seu tempo. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a liderança do PFL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O Paraná ingressou na terceira experiência de Governos do PMDB.

Politicamente, costumou-se definir esse processo em que continuadores vão-se sucedendo, criando estruturas próprias, usando as mesmas táticas, empregando as mesmas técnicas, acumulando os mesmos erros e vícios de continuísmo. Azeita-se a máquina governamental. Acomodam-se os partidários. Vicia-se a administração, seja com bons ou maus procedimentos.

E oxalá o terceiro Governo do PMDB não seja a cansativa e repetitiva experiência do primeiro e do segundo. É que, tanto José Richa quanto João Elísio, deixaram uma pesada herança - não cobçada por nenhum herdeiro afoito, eis que o espólio governamental tem um elevadíssimo passivo a ser resgatado: a falta de postura ética, que impõe os Governos ao respeito dos governados, numa crescente escala de valores.

É por isso, Senhor Presidente e nobres Senhoras e Senhores Deputados, que a Bancada de Deputados do PFL expressa seu integral apoio à manifestação da Associação dos Professores do Paraná, na qual condena o uso abusivo de dinheiro dos contribuintes paranaenses em campanhas publicitárias e promocionais, realizadas pelos Governos do PMDB.

Enquanto alega não dispor de recursos para melhor remunerar os professores e pagar vencimentos e salários condígnos aos funcionários públicos e realizar programas e projetos indispensáveis nas áreas de educação, saúde, saneamento, segurança, transportes e agricultura, os Governos do PMDB dispendem somas elevadíssimas, ocupando os espaços mais caros das mídias eletrônicas e em todos os veículos de comunicação social, até em outros Estados,

não em campanhas educativas - como é de sua obrigação - mas, sim, na promoção pessoal dos Senhores José Richa e João Elísio Ferraz de Campos. E não foi só no rádio, na televisão, nos jornais, nas revistas e nos cinemas que se massificou a promoção de José Richa e João Elísio. Foi, também, através de milhares de placas em prédios públicos e até em jardins, - como os do Centro Cívico - um verdadeiro desvairio promocional, numa prática condenável de autoritarismo e personalismo. Para poucas e boas obras é desperdício demais.

Já que estamos falando de comunicação, invoquemos os comunicólogos quando eles ensinam que um dos processos mais poderosos existentes de comunicação de persuasão é o que podemos chamar de força da coerência.

E nisso, as duas experiências de Governos do PMDB demonstraram um fracasso total. Foram totalmente ausentes dessa força de coerência. O discurso dizia que as práticas veementemente condenadas de autopromoção com o dinheiro público, jamais seriam postas em execução. Porém, a verdade dos fatos, está aí presente, para comprovar a grande mentira. É por isso, Senhor presidente e nobres Senhoras e Senhores Deputados que temos insistido em que deve a Assembléia Legislativa ampliar a vigilância quanto à sua fiscalização sobre o Executivo, para que ele tenha um desempenho responsável.

E para tanto, é justo reconhecer, os Deputados paranaenses acabam de receber uma valiosa colaboração; refiro-me à "Página da Educação", sob a responsabilidade da Associação dos Professores do Paraná, publicada no Jornal "O Estado do Paraná", edição de 11 de março do corrente, intitulada "Campanha Publicitária do Governo Recebe Muitas Críticas".

E, ao incluí-la, neste meu pronunciamento, faço-o para que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa uma análise clara e aprofundada sobre esta condenável prática governamental de promoção escandalosa de Governadores.

"Nos últimos tempos - diz o documento da Associação dos Professores do Paraná - o Governo João Elísio, praticamente tomou conta de uma boa parte dos intervalos comerciais em emissora de televisão. Nunca em época alguma, se viu tanta propaganda das poucas e raquíticas obras do Governo Estadual. O pior de tudo é que estes recursos gerados pelos trabalhadores do Paraná chegaram a extrapolar também os limites do Estado. "O que não foi destinado para a Educação e outros setores prioritários, foi gasto em publicidade", criticou o Senhor Paulo Maia de Oliveira.

O Presidente da entidade do Magistério questionou: "Por que João Elísio não foi

mais inteligente, já que tinha tanto dinheiro para este fim, e não o empregou em comerciais mais produtivos e educativos, como, por exemplo, numa campanha para doação de órgãos?" A resposta, segundo Paulo Maia de Oliveira, é clara e simples: "O interesse pessoal, político, é para quem está no poder; isto é muito mais importante do que campanhas educativas. A Educação e campanhas afins não rendem ou rendem muito menos votos que comerciais eleitorais.

Observa o Presidente da Associação dos Professores do Paraná que nenhum comercial veiculado por este Governo, incluindo a própria Secretaria da Educação, oportunizou, sinalizou, registrou, criou uma consciência de um trabalho realizado em conjunto com o povo: "O Governo fez e o povo se beneficiou". É isto que se viu e que se vê, mas a coisa é exatamente o contrário. Para Paulo Maia de Oliveira, se este fato for interpretado sob a "ótica da educação publicitária do Estado para a televisão, é um contra-senso, uma contradição, um golpe mais duro contra os trabalhadores que sustentam o Paraná. "O fato todo é que João Elísio preferiu dar maior importância para sua perspectiva pessoal do que contribuir para uma orientação ao povo do Estado. Por isto, não deixa de ser uma mera postura ideológico-política mecanicista cara. O Chefe do Estado quis se tornar a expressão dominante sobre a classe dominada e explorada. "Careceu de conteúdo, quis impressionar pela forma", ressaltou.

Por sua vez, Luiz Teodoro Garcia, Presidente do Núcleo da Associação dos Professores de Londrina, destacou que faltaram para este Governo noções elementares de "Pedagogia dos Meios de Comunicação Social". Isto é, ironicamente o Governo partiu de uma "realidade um e forçou a formação da opinião pública para impressionar o telespectador para que se criasse uma realidade dois". Entretanto, as autoridades se esqueceram de um princípio elementar, pois os ouvintes já conhecem muito bem os critérios para um auto-análise da tematização veiculada na televisão.

"O Governo - prossegue Luiz Teodoro Garcia - devia ao menos, ter gasto essas importâncias fazendo educação pela TV. "Há muita coisa para transmitir e ensinar nas áreas de Saúde, Higiene, Saneamento e Educação, comentou Luiz Teodoro Garcia, mas, infelizmente, João Elísio preocupou-se em alicerçar uma meta, um rótulo político, uma ambição pessoal-partidária, uma estratégia para o futuro, o que não deixa de ser, para os contribuintes que pagam estes anúncios com o suor de seu trabalho, um desconforto dialético, ético, tático. "Faltou postura ética pois transmitiram-

-se, com dinheiro do povo, que não foi pouco, unicamente mensagens que a ninguém beneficiaram e a ninguém interessam", reclamou o presidente Londrinense da Associação dos Professores, Luiz Teodoro Garcia.

Aí tem os Governantes do PMDB uma belíssima aula-crítica sobre comunicação governamental. Que eles saibam aprender esta lição. Eu, pessoalmente, faço votos de que o Governador Álvaro Dias, mande imprimi-la e faça distribuí-la entre os ocupantes da direção e assessores da Secretaria da Comunicação Social, a fim de que não sejam repetidos os erros das duas lamentáveis experiências governamentais do PMDB.

Congratulo-me com a Associação dos Professores do Paraná por esta oportuna e feliz manifestação. É dessa forma, que uma entidade de representação profissional amplia o respeito e a admiração que lhe dedicam, como ocorre com a APP, os paranaenses.

Mas, Senhor Presidente e nobres Senhoras e Senhores Deputados, o que mais ressalta a "Página da Educação" do dia 11 do corrente mês, é a iniciativa da investigação-denúncia, exemplo que deve ser seguido por todas as entidades de classe não só do Paraná, e também de todo o Brasil, para que os governantes prestem contas dos seus atos administrativos.

Meus parabéns e de toda a Bancada do PFL, por essa valiosa contribuição para que se efetue a fiscalização do Executivo. A Associação dos Professores do Paraná quer que José Richa, João Elísio cumpram com o compromisso da "transparência", que sempre pregaram nos palanques das praças.

Por isso, quer saber, detalhadamente, em quanto importou a publicidade do governo veiculada de maio de 1986, a 14 de março de 1987. Quanto isso representa para o Orçamento do Estado e quais as relações que teria com questões de remuneração dos professores.

Meus parabéns e dos companheiros da Bancada do PFL ao Presidente da APP, Paulo Maia de Oliveira, e ao jornalista responsável pela "Página da Educação", Pedro Antônio Bernardi, pela publicação "Campanha publicitária do Governo Recebe muitas Críticas". É assim que estaremos ajudando a aperfeiçoar o Governo e fortalecendo as nossas instituições. E é oportuno que isso ocorra no momento em que estamos vivendo.

Tempos de esperança. Esperança na Constituinte, para que ela seja capaz de dar aos brasileiros, os fundamentos sobre os quais se apoiará a ação daqueles que haverão de construir a transformação da sociedade brasileira, que aspira viver numa democracia estável.

Vivemos tempo de esperança de que o Paraná encontre rapidamente o caminho de

maior progresso e bem-estar do seu povo. Esperança de que o Governador Álvaro Dias honre e cumpra os solenes compromissos assumidos em praça pública de fazer do nosso Estado uma fonte de paz, trabalho, desenvolvimento, onde o povo possa viver feliz.

São os votos dos integrantes da Banca do Partido da Frente Liberal. Que Deus o inspire neste sentido!

Senhor Presidente, nós estamos passando à Mesa, para apreciação dos Senhores Deputados um pedido de informação sobre as despesas que são as seguintes:

(Lê o requerimento e justificativa).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, nos termos da Constituição Estadual e do Regimento Interno desta Assembléia, e após ouvido o Plenário, o envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que preste os seguintes esclarecimentos a esta Assembléia:

1.º - Qual o montante da despesa efetuada mensalmente, a título de comunicação social, pela Administração Direta e Indireta, especificando-se cada órgão e o valor correspondente, nos anos de 1983 (a partir de 15 de março), 1984, 85 e 86 e de 1.º de janeiro a 15 de março de 1987?

2.º - Qual o critério adotado para a seleção das agências de publicidade que veicularam as campanhas de comunicação social da Administração Direta e Indireta, no período acima mencionado?

3.º - Quais as agências que veicularam campanhas de comunicação social, discriminando-se as despesas pagas a cada uma por veiculação, produção ou a qualquer outro título, no período constante no 1.º quesito?

4.º - Qual a composição societária dessas agências, conforme os registros dos Cadastros das Secretarias de Administração e de Comunicação Social?

5.º - Qual o critério adotado para a elaboração das mídias de divulgação das campanhas de comunicação social?

6.º - Relação discriminada dos veículos de comunicação social que veicularam campanhas da Administração Direta e Indireta, especificando-se os valores pagos a cada um, no período constante do 1.º quesito, mencionando-se o nome da agência que intermediou a veiculação e sua respectiva comissão.

7.º - Relação discriminada das despesas efetuadas, no período especificado no 1.º quesito, com a produção, gravação, reprodução ou qualquer outro meio utilizado para a veiculação impressa ou eletrônica, pela Administração Direta e Indireta, de comunicação social, especificando-se o ór-

gão que efetuou essas despesas e a quem foram pagas, e em que datas.

8.º - Qual o custo de produção dos programas de rádio e de televisão sobre as administrações José Richa e João Elísio Ferraz de Campos ou nos quais esses ex-Governadores tenham se apresentado ou participado?

9.º - Qual o custo total de gravação em fita magnética desses programas?

10.º - A quem foi pago o custo total de produção?

11.º - A quem foi pago o custo total de gravação?

12.º - Qual o critério adotado para a escolha de quem produziu esses programas?

13.º - Qual o critério adotado para a escolha de quem gravou em fita magnética esses programas?

14.º - Houve tomada de preços, licitação ou concorrência para a seleção do produtor ou produtores e gravador ou gravadores desses programas?

15.º - Qual a origem dos recursos para pagamento dessa produção e da gravação?

16.º - Quantas reproduções foram feitas do original e qual o custo unitário de cada reprodução?

17.º - Qual a participação de pessoal e material da Secretaria de Comunicação Social e de outros órgãos públicos ou vinculados ao Estado, utilizados na produção e gravação desses programas?

18.º - Houve utilização de pessoal contratado por órgãos da administração indireta para a produção e a gravação desses programas?

19.º - Qual o montante de despesas relacionadas com esses programas, pagos pela Secretaria de Comunicação Social e outros órgãos da administração direta, indireta, autarquias, empresas de economia mista, fundações, sociedades da qual o Estado do Paraná é acionista ou cotista, bancos oficiais ou órgãos públicos que mantenham relações com o Estado e a quem foram pagas, informando-se o nome, CPF ou CGC, endereço residencial ou comercial, razão social e os respectivos registros cadastrais nas Secretarias de Administração e de Comunicação Social?

20.º - Quais os números e os respectivos valores dos empenhos referentes a quaisquer despesas efetuadas pela Administração Pública com relação à produção, gravação, cópias em fita magnética e veiculação desses programas?

21.º - Quais as despesas efetuadas com pagamento de diárias, transportes, hospedagem, alimentação e locomoção das pessoas envolvidas na produção, gravação e apresentação desses programas?

22.º - Qual o órgão público que custeou as despesas mencionadas no quesito anterior?

23.º - Qual o custo da veiculação desses programas, discriminando-se a quantia paga a cada empresa e o respectivo número de empenho?

24.º - Qual a data de aprovação, pelo Conselho de Comunicação Social, das despesas referentes a esses programas?

25.º - Quais os Conselheiros que estiveram presentes às reuniões que aprovaram essas despesas?

26.º - Quem foi designado para coordenar os assuntos relacionados com a produção, gravação e a veiculação desses programas?

27.º - Qual a autoridade que procedeu a designação desse coordenador?

28.º - Quanto foi pago pelos cofres públicos ou pelos órgãos mencionados no quesito 8.º ao coordenador desses programas?

29.º - Houve intermediação de agência de publicidade ou de propaganda para a produção desses programas?

30.º - Houve intermediação de agência de publicidade ou de propaganda para a veiculação desses programas?

31.º - Houve intermediação de agência de publicidade ou de propaganda para a gravação ou reprodução desses programas?

32.º - Quais os critérios adotados para a seleção da agência de que tratam os quesitos 29.º, 30.º e 31.º?

33.º - Em quanto foi fixada a taxa de agência e qual o critério adotado para tanto?

34.º - Em quanto importaram as despesas ou comissões pagas a essa agência, mencionando-se os valores, números e datas dos respectivos empenhos?

35.º - Quais são os registros cadastrais dessa agência nas Secretarias de Administração e Comunicação Social?

Sala das Sessões, em 18.03.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A imprensa paranaense tem formulado graves denúncias sobre o uso abusivo dos dinheiros públicos em publicidade e propaganda governamentais, principalmente nos últimos meses da administração do Sr. João Elísio Ferraz de Campos.

Também na administração do Sr. José Richa, a imprensa condenou essa utilização de recursos públicos para promoção pessoal do então Governador do Estado.

O jornal "Folha de São Paulo" chegou a publicar uma relação que discriminava alguns gastos do Governo do Estado com publicidade e propaganda, quando um funcionário deste Poder Legislativo, o Sr. Ênio Malheiros, dirigia a Comunicação Social do Governo do Estado, na época uma Subchefia da Casa Civil. Porém, logo em seguida à publicação, essa prática foi

abolida, e as despesas do Governo do Estado com publicidade e propaganda passaram a ser segredo, apesar dos recursos vultuosíssimos, mensalmente aplicados para esse fim. Recursos que estão sendo ampliados com a criação da Secretaria de Comunicação Social, que, pela segunda vez, é ocupada por um funcionário da Assembleia Legislativa, como ocorre no momento, com a posse do jornalista Luiz Fábio Campana, Redator do Quadro de funcionários concursados e efetivos desta Assembleia.

Nos últimos dias, recrudesceram na imprensa paranaense as acusações sobre a Comunicação Social do Governo do Estado. No dia 11 de março corrente, a "Página da Educação", publicação n. 565, da Associação dos Professores do Paraná, ampliou as críticas e denúncias sobre as campanhas publicitárias do Governo do Paraná, tendo apresentado uma investigação-denúncia.

Em sua edição do dia 15 do corrente, coincidindo com a posse do Sr. Álvaro Dias no cargo de Governador do Estado, o jornal "O Estado do Paraná" voltou a aprofundar as suas críticas sobre os gastos governamentais com a comunicação social, formulando uma grave denúncia sobre a atuação do ex-Secretário de Comunicação Social, Sr. Luiz Alberto Dalcanalle que, inclusive, teria beneficiado com verbas oficiais uma agência de publicidade, da qual seria um dos sócios, segundo a grave denúncia daquele jornal.

Para esclarecimento desses fatos e das denúncias acima mencionadas, no desempenho de sua função fiscalizatória, cabe à Assembleia Legislativa ser informada pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado sobre as perguntas formuladas no presente requerimento".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Ainda no Horário das Lideranças, consultamos a Liderança do PDT, se fará uso do seu tempo.

O Deputado Rafael Greca tem a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, apresentei pedido redigido para que fosse convocado a esta Casa, o Sr. Secretário das Finanças, para que expusesse a real situação financeira do Estado, haja vista desencontro entre as informações prestadas à comunidade paranaense pelo Governador que saiu e pelo Governador que entra, um declarando que tudo vai muito bem no Paraná, dando-nos a entender o Estado como a nova Terra de Canaã, onde os rios lançam leite e mel, com certeza nas fazendas do Sr. Luiz Alberto Dalcanalle; o outro, dizendo que as coisas são difíceis e que precisa fazer uma Reforma Adminis-

trativa, e que o dinheiro do ICM não vai dar nem para cobrir a folha de pagamento do funcionalismo público estadual; quem sabe Sua Excelência já esboçando a tentativa de não acionar o gatilho salarial para o funcionalismo público, o que de resto, para estas Oposições, seria inadmissível.

Mas, dizia eu, ontem vimos esta Assembleia rejeitar este requerimento, e vimos depois da proclamação solene feita na praça, como o Governador que quer ser como John Kennedy, que se cerca da família, que cultiva a imagem de John Kennedy, e que proclama usando a sorrelfa, e certamente sem a autorização, os versos libertários do meu amigo Thiago de Mello: "Doravante vale a verdade, doravante vale a vida".

E, parece que Sua Excelência não foi correto em citar o poeta, porque não disse o final do verso: "Doravante vale a verdade, vale a vida, e trabalharemos todos de mãos dadas, pela vida verdadeira".

Tentávamos nós, ontem, estender as mãos ao Governo, para transformar a Assembleia, no espaço dos homens bons, preocupados com o futuro do Estado. Tentávamos nós, ontem, trabalhar de mãos dadas pela vida verdadeira, fazendo com que valesse a verdade, e tentando corrigir este desencontro de informações entre um e outro governante, porque parece que já alguma Oposição ascendeu ao Poder, porque há desencontro de discurso, entre o Sr. João Elísio Ferraz de Campos e o Sr. Álvaro Dias.

Tentávamos nós trabalhar pela vida verdadeira, de todos os paranaenses, quando veio o não, pesado maniqueísta, soturno, do lado de lá deste plenário.

E mais nos entristeceu e reforçou a idéia com que deixamos este plenário, e parece que o PMDB quer ser um Partido misântropo, fazendo um Governo misântropo, porque misântropo ao contrário dos filântropos, dizem os gregos antigos, são as criaturas que querem viver sozinhas, isoladas, atocaiadas, sem vontade de conviver na polis, sem vontade de ir ao encontro dos outros cidadãos.

E vi eu nos vídeos da Rede Paranaense de Televisão, o ilustre Deputado Nestor Baptista, confirmar desta misantropia, a suspeita, quando disse que, se nós da Oposição, não respaldássemos os atos do Governo, não os discutíssemos, fizéssemos verdadeiramente Oposição, o PMDB tocaria a Assembleia sozinho.

Eu não vejo o misântropo Deputado em plenário, hoje, mas pede a minha consciência, consciência de paranaense, consciência de brasileiro, animado pelo apostolado de Thiago de Mello; apostolado luminoso, do qual tentou o Governador Álvaro Dias se servir, ao encerrar a sua fala aos paranaenses.

Que vos convide, a todos, Deputados do Governo e da Oposição, em nome da democracia e do trabalhismo, em nome dos trabalhadores e dos que amam esta história e esta terra, a realizarmos verdadeiramente o espaço da filantropia.

Não no sentido miserável que se deu à palavra, hoje, mas no sentido do convívio, porque os gregos antigos davam à amizade uma importância toda especial. Os amigos eram aqueles com os quais se dividiam as alegrias e as responsabilidades.

Os amigos não eram só os da hora da desgraça. Os amigos, muito pelo contrário, eram aqueles - como hoje em dia - com os quais só se dividem os segredos e as coisas inconfessáveis.

Os amigos eram aqueles com os quais se dividiam todos os assuntos de alta investigação e de interesse da polis toda, da política em alto nível.

Eu acho que assim servimos ao Paraná e ao Brasil, e nós tentamos de mãos dadas ser amigos, amigos do futuro do Paraná, amigos dos nossos filhos, ser a verdade e a vida verdadeira, e não transformar esta Assembleia no unânime espaço de resto extremamente burro, de um Governo que não quer colocar a verdade para todo o povo, quer evitar a transparência, quer se servir das máscaras e não quer executar a política como de resto tem sido recomendado em todo o tempo.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado, este seu linguajar eu acho interessante, mas não usarei, pois dir-lhe-ei palavras simples de um parlamentar simples.

Vossa Excelência tem o direito de pedir por requerimento, informações ao Secretário. A nossa Bancada teve esse procedimento ontem, deixou passar todos os pedidos de informação a Secretários.

Vossa Excelência pretendia talvez até para se antepor aos seus colegas, convocar o Secretário no seu primeiro dia, quando nem sequer o seu escalão, o seu chefe de gabinete tivesse escolhido.

Não concordamos. Vossa Excelência tem o pleno direito de fazer um pedido de informações, e se não for atendido nas suas indagações, se convoca. De mais, o Deputado Nestor Baptista não falou que a Bancada toca sozinha, pois Vossa Excelência disse que estava se negando a participação em plenário. O Deputado Nestor Baptista disse que, se Vossa Excelência não comparecesse, nós tocaríamos sozinhos.

Em segundo lugar, em nome da minha Bancada, com o devido respeito à democracia, eu admito "jus sperniandi" da Oposição, mas o que eu não admito é que Vossa Excelência, da tribuna, queira ditar o

comportamento da nossa Bancada, que vai se pronunciar, sempre que for possível e sempre que precisar, dentro da sua forma de conduta, aceitando a sua crítica, mas jamais se submetendo à vontade plena de Vossa Excelência, que está querendo dar as normas de ação da Bancada do PMDB, que tem a sua Liderança própria, tem a sua convicção própria.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Deputado Caíto Quintana, longe de mim ditar as regras de comportamento dessa Bancada, que tem a função de tocar as trombetas do oficialismo.

De maneira alguma. Longe de mim...

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, nós lhe devotamos um profundo respeito. Se o senhor toca flauta, nós podemos tocar trombone.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado, a vontade de ditar à sua Bancada, como deva pensar ou como deva proceder qualquer um dos Deputados ou o conjunto dos Deputados.

No entanto, é de nossa consciência lutar para que a Assembléia seja um espaço da liberdade de dizer, da liberdade de não ter medo, da liberdade de crer e, sobretudo, da liberdade de ter esperança num Brasil melhor.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No Horário das Lideranças, concedemos a palavra ao representante do PL, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada, ocupei esta tribuna para pedir a compreensão do Governo aos agricultores, principalmente aos pequenos produtores do Vale do Ivaí.

Estavam diversos destes, ameaçados de perder as suas propriedades, diante das execuções do BANESTADO, enquanto não possuem instrumentos alternativos para superar a crise.

Com satisfação, constato que o Presidente daquela instituição de crédito, João Carlos Finardi, determinou a suspensão das execuções dos humildes agricultores endividados, desde que sejam débitos legítimos contraídos no exercício da atividade agrícola.

No entanto, suspensão à parte. É oportuno lembrar que, não é a primeira vez que este tipo de problema ocorre. No ano passado, o BANESTADO absorveu as dívidas de cerca de duzentos e setenta agricultores, da região do Vale do Ivaí; pagou dívidas financeiras contraídas em bancos privados

na ordem de 30 milhões de cruzados, estabelecendo contratos razoáveis, que possibilitassem aos agricultores a soldarem suas dívidas com maior prazo e juros privilegiados.

Agora, só na região do Vale do Ivaí, o BANESTADO, deve aplicar mais de vinte milhões de cruzados. É possível que quantias maiores sejam aplicadas em outras regiões do Estado.

Na verdade, o que precisamos, são medidas que não permitam o retorno da crise. O próprio Secretário da Agricultura informou no seu discurso de posse, que nos últimos quinze anos cento e cinquenta mil produtores abandonaram o campo e engrossaram o número dos desempregados das cidades. Por isso, reconheceu a necessidade da criação de programas que tenham o objetivo de viabilizar a pequena propriedade rural. O problema está na forma de execução dessas medidas.

Temos uma máquina estadual preparada efetivamente para atender a demanda da extensão rural?

Há pouco, os jornais publicaram uma declaração do ex-presidente da ACARPA, que afirmava haver um déficit de quase duzentos e trinta técnicos, para que ela pudesse atender satisfatoriamente os agricultores do nosso Estado.

Encontramos também, sérias deficiências no ensino agrícola, onde as escolas sofrem crônica de recursos e de professores. Como o pequeno agricultor chegará ao crédito agrícola, uma vez que hoje, apenas uma modesta parcela tem acesso?

Por isso, o Governo Estadual deve permanentemente, trilhar o caminho, de um apoio sério e construtivo ao homem do campo. Neste sentido, o Partido Liberal estará a postos para, acima de questões políticas, dar a sua contribuição. Todavia, sempre ao lado do povo, cobrará maior dinamismo no equacionamento dos problemas do povo, que vive e trabalha na área rural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Ainda no Horário das Lideranças, consultamos à Liderança do PT, se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli, por nove minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, e demais aqui presentes.

Hoje, vou usar este expediente para manifestar aqui, uma preocupação que horrorizou grande parte da classe trabalhadora do Paraná, nesta semana. Quero referir-me à Reforma Administrativa anunciada pelo novo Governo. Firmo-me em suposições,

porque nós, do Parlamento, temos que nos precaver, avisar, e tomar providências, enquanto é tempo, para não ficarmos chorando no velório.

Muitas afirmações de diversos setores do funcionalismo público, que nos procuram, é no sentido de que a reforma administrativa consiste em reduzir despesas, tentando afirmar que quem está gastando, e endividando o Estado, são os trabalhadores. Se for isto que se pensa, queria desde já manifestar a posição de nosso Partido, que é um partido da classe trabalhadora e lembrar aos nobres Colegas e, principalmente, aos nobres Colegas da bancada de lá, que é a Bancada Majoritária nesta Casa, que nos devem algumas explicações a nosso ver procedentes, para fazer com que estas dúvidas, sejam elas verdadeiras ou não, não se levantem injustamente ou de forma infundada.

Gostaria de saber por quê esta reforma administrativa, que também achamos que é necessária, não se começa a ser discutida nos órgãos organizados da classe trabalhadora, que são as suas associações; de classe, de funcionários públicos e nos sindicatos de categoria. Se for o caso, até usando a Lei Delegada, de n..., lei esta já condenada pela população desta Nação.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, precisamos também de uma explicação; o por que da negação da explicação solicitada ontem, nesta Casa, da presença do Secretário de Estado, para vir dar explanação dos recursos aprovados do Governo passado, certamente por esta bancada que sustentou ontem, e que deve ter sustentado anteontem, o envio de recursos públicos para as Federações Patronais e para a Sociedade Rural, que é a entidade dos patrões deste Estado. Isto deveria ser explicado aqui.

Deveria ser explicado aqui também, se na reforma administrativa como vai ficar a situação dos "marajás" deste Estado. Por que ainda não nos deram a relação dos funcionários desta Casa? Isto nos dá motivos da gente desconfiar. Será que este negócio de esconder o jogo, esta história de reforma administrativa, não é um precedente para fazer com que se continue a perseguição àqueles trabalhadores que não estão ideologicamente afinados, com aqueles que mandam neste Estado?

Nesta reforma administrativa, não está explicado para nós se José Richa, Ney Braga, que estão recebendo dos cofres públicos duplamente, como Senador, Itaipu, e como Governador ... se, estas pensões vitálicas serão cortadas realmente.

Não está sendo explicado, aqui, o abuso denunciado ontem na publicidade, o abuso do poder público que nos prova e de-

monstra que está sobrando dinheiro.

É preciso que se abra o jogo, e a obrigação é do Governo do PMDB, que está no terceiro mandato, e essa Bancada Majoritária que sustentou aqui e continuará sustentando, nos deve uma explicação, coerente, das questões que ainda nos restam.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência, permite um aparte? (Assentimento).

Senhor Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência indaga a respeito da reforma administrativa.

Nós, só a título de informação, que Vossa Excelência pede a nossa Bancada, queremos dizer que a mensagem de reforma administrativa nem sequer chegou à Assembléia. No instante que ela chegar, as indagações de Vossa Excelência serão pertinentes e poderemos discuti-las com profundidade.

Portanto, que a Bancada do PMDB com seu espírito democrático, por respeito à Assembléia, colocou ao Governador que a reforma administrativa fosse feita por mensagem, exatamente para proporcionar aos Parlamentares desta Casa uma discussão ampla.

Então, não vamos antecipar o que é a reforma. O enxugamento necessário da máquina do Estado.

Estamos no mês de março, com mais de 100% do ICM gerado por toda a força trabalhadora do Paraná, comprometida com pessoal. E o Estado, não pode gastar à força do trabalhador brasileiro, para inchar a sua máquina, para contratar gente, e o objetivo do PMDB é fazer com que exatamente o Estado tenha o número necessário para gerir os bens públicos sem gastar desnecessariamente com ICM gerado com os trabalhadores.

Quando vier a mensagem, tenho certeza que Vossa Excelência terá respostas para as suas indagações.

O SR. PEDRO TONELLI - Queria dizer, nobre colega Caíto Quintana, que se esta mensagem está sendo encaminhada a esta Casa, ela já deveria estar em discussão e aprovação, nos setores direta e indiretamente envolvidos.

Creio que este Plenário terá em sua consciência para analisar friamente e ver, realmente na verdade, o que temos que reduzir. Se são os trabalhadores que trabalham, os fantasmas, se não os marajás, ou se são os gastos indevidos. Acredito nesta Casa, e acredito que o bom senso será levado em conta.

Não acredito que os trabalhadores irão "pagar o pato" mais uma vez. E quero ver se não vamos ficar, simplesmente para chorar no velório.

Muito obrigado.

(Reassume a Presidência, o Senhor Deputado Deputado Antônio Annibelli).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Informamos aos Srs. Deputados que se encontra nesta Casa, a Vice-Presidente da Associação Brasileira de Documentaristas, para convidar os Srs. Deputados a participar do ato público em prol do cumprimento da Lei de Reserva de Mercado, do filme brasileiro de curta-metragem, a ter lugar amanhã, dia 19 de março, no Cine Groff, à Rua XV de Novembro.

Encerrado o Horário da Liderança,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 320/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública as entidades constituídas no Estado do Paraná, integrantes das instituições LIONS CLUB DO BRASIL e ROTARY CLUB DO BRASIL e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Emenda. - Aprovada. Projeto. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 321/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de utilidade pública a FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE FRANCISCO BELTRÃO, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Ferrari Júnior).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, com apoio dos Srs. Deputados João Arruda e Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Orlando de Carvalho, ocorrido no dia 06 de março do corrente ano, no Município de Umuarama. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante

do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Jaracatiá, ligando os Municípios de Dois Vizinhos e Nova Prata do Iguaçu. - Aprovado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulino Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, pleiteando a revisão do convênio firmado com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Agricultura, determinando a anulação dos convênios e seus aditivos firmados entre a Secretaria de Estado da Agricultura e, por outro lado, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, e Sociedade Rural do Paraná. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando moção de apoio e solidariedade ao "Dia Nacional do Curta nas Telas". - Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comemora-se amanhã o "Dia Nacional do Curta-Metragem nas Telas". E, amanhã, em 12 capitais do País, esta data será comemorada.

E eu justifico este meu requerimento encaminhado à Mesa, hoje, dizendo que o "Dia Nacional do Curta nas Telas" se constitui num ato público de protesto pelo risco que corre a legislação que protege os filmes de curta-metragem, que fazem parte do contencioso Brasil - Estados Unidos.

A classe se levanta na defesa do cumprimento da manutenção do art. 13, da Lei Federal n. 6.281/75, que obriga a exibição de um curta-metragem brasileiro junto ao longa-metragem estrangeiro. A lei é uma espécie de reserva de mercado contra a presença maciça do cinema estrangeiro. É uma lei de soberania nacional, obriga a mesma que 3% da renda do longa-metragem estrangeiro seja destinado ao produtor brasileiro.

No Paraná, o "Dia Nacional do Curta nas Telas" está sendo promovido pela Associação Brasileira de Documentaristas, Conselho Nacional de Cine Clubes, Associação de Cineastas do Paraná e Federação Paranaense de Cine Clubes, com apresentação e debates no Cine Groff, durante o dia 19 próximo.

Requeiro ainda, dentro deste meu docu-

mento, uma vez aprovada esta proposição, seja dado conhecimento ao Prof. Celso Furtado, Ministro da Cultura, em Brasília; ao Dr. René Ariel Dotti, Secretário da Cultura do Estado do Paraná, ao Dr. Gustavo Dahl, Presidente do Conselho Nacional de Cinema, e ao Dr. Fernando Ghignone, Diretor-Geral da EMBRAFILME - Empresa Brasileira de Cinema.

A luta da classe justifica a presente proposição que tem por objetivo solidarizar-se com a mesma na defesa do cinema brasileiro, através do apoio dos Srs. Deputados com assento nesta Casa.

Muito obrigado.

Em discussão.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Encerrada a discussão. Em votação. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando moção de apoio à "Carta das Mulheres aos Constituintes". - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Trabalho, encarecendo auxílio financeiro para a Guarda-Mirim, do Município de Campo Mourão. - Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo auxílio financeiro para o Asilo Santa Amélia, do Município de Goioerê. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo estudos no sentido de se implantar no curso de segundo grau na Escola Presidente Kennedy, no Município de Maringá. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação de uma escola agrícola no Município de Maringá. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alboggetti, constante do expediente e lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Segurança Pública e Deputados Federais do Paraná, encarecendo a criação de uma Delegacia de Amparo às Famílias, vítimas de crimes violentos, em todos os Municípios do Estado. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente e lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações de qual o montante da despesa efetuada mensalmente, a título de comunicação social, pela Administração Direta e Indireta, especificando cada órgão e o valor correspondente, nos anos de 1983 (a partir de 15 de março), 1984, 1985, 1986 e de 01 de janeiro a 15 de março de 1987. - Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento efetuado no dia de sua posse, pelo Sr. Governador do Estado. - Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BADEP, encarecendo informações de qual o montante da dívida do Município de Londrina, Administrações Direta e indireta, no mês de abril de 1983. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações referentes às demissões em massa ocorridas no DETRAN e noticiadas em destaque pela imprensa desta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, com apoio dos Srs. Deputados Nilton Barbosa e Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Representantes das Bancadas do Paraná, na Assembleia Nacional Constituinte, apoiando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para atendimento e defesa dos anseios femininos junto à elaboração da nova Carta Magna. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 15 e 167/86.

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a ordem do Dia já anunciada.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUYA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ FELINTO, EM SESSÃO DO DIA 18 DE MARÇO DE 1987.

DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR ÁLVARO FERNANDES DIAS

Paranaenses.

A história feita com coragem e grandeza forjou neste Paraná, um povo cuja identidade maior é a capacidade de construir, de produzir riquezas, de retirar do trabalho os frutos da prosperidade e da esperança. Da diversidade de tantas culturas e experiências extraímos a síntese de um Paraná que alcança a maturidade, transformando-se de terra de todas as gentes em terra dos paranaenses, imanados no projeto de aqui edificar uma sociedade justa sob o signo da liberdade.

Somos todos um só Paraná.

Na vontade e no esforço que nos distingue nessa busca de um futuro melhor. Na generosidade ao servir o Brasil em todas as suas convocações. Na consciência patriótica e democrática que nos estimula à luta nas linhas de frente em defesa dos direitos da cidadania e da soberania nacional.

Somos todos paranaenses.

Somos todos um só Paraná que a partir de hoje terei a honra de governar, estimulado pela confiança de meu povo e consciente o grandioso desafio que significa a condução dos destinos deste Estado.

Venho depois de José Richa e João Elísio. Com eles, com o PMDB, em 1983, o Paraná começou a mudar. Mudanças em direção ao progresso material e espiritual correspondem às expectativas constantes de todas as sociedades. Pretendo que sejam a marca do governo que vamos iniciar.

Tenho a honra e o conforto de ter ao meu lado o vice-Governador Ary Velloso Queiroz. Com humildade assumo o Poder Executivo das mãos do Governador João Elísio Ferraz de Campos com as mesmas convicções de sempre: trabalhar pelo povo, consolidar a democracia e promover a justiça social.

Paranaenses!

Assumimos o governo em hora difícil.

O País ainda realiza a transição democrática que se completará nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte recém-instalada. Tarefa de todos nós. Devemos estar atentos para que não nos escape esta oportunidade de reposição definitiva do País, no caminho da legalidade e da liber-

dade.

Mais grave é a situação econômico-financeira do País. Embora todo o esforço do Governo da Nova República, é pesada a herança de dificuldades legada pelo regime anterior. O Brasil é o País com a maior dívida externa do mundo. Sobre ela paga juros e serviços insuportáveis que se constituem em obstáculo poderoso aos esforços de recuperação da economia. As imposições atuais violentam nossa soberania, impedem o nosso desenvolvimento e procuram nos conduzir à recessão. Não podemos permitir que a Nação seja reduzida à fome para pagar os credores. Ou manter a instabilidade econômica, frustrando planos de reordenação interna da economia como resultado das exigências de uma dívida realizada à revelia da população por governantes ilegítimos do passado.

O Paraná não pode se considerar uma ilha de fartura e prosperidade no universo da crise brasileira. Por mais que aqui se tenham preservado certas condições favoráveis de desenvolvimento, é preciso defrontar-nos com a realidade dura que se reflete na vida do Estado.

A economia incontrolada joga incertezas em todos os terrenos. Desanima as iniciativas produtivas e sublinha os sintomas recessivos. Na agricultura, ainda a principal base da nossa economia, submergimos no desalento do esforço sem resposta satisfatória e na angústia de intolerável ausência de perspectivas e de uma política clara a orientar e dar sustentação ao setor.

Na indústria, retraem-se os investimentos, retardando a necessária ampliação de nosso parque industrial, caminho único para a superação do atual estágio de nosso desenvolvimento econômico e social. O comércio e os serviços se ressentem das turbulências que geram ciclos rápidos de expansão e retração que desorganizam a atividade. A inflação voltou a corroer patrimônios e iniciativas, colocando em risco o projeto saneador da economia brasileira.

O cenário da crise é mais nítido em sua face social. Quando se traduz no rosto de nosso povo a angústia com a possibilidade de frustração de seus sonhos de segurança e prosperidade acalentados durante muito tempo. Diante da ameaça de que se amplie a miséria, a dor e o desespero, agravando os problemas sociais crônicos que atentam contra a consciência de todos os que desejam um novo tempo em que possamos esquecer a legião de deserdados e oprimidos. Vítimas principais das perversas anomalias geradas pelos descaminhos a que nos conduziram os governantes do período do arbítrio.

Paranaenses!

A hora é para os fortes. Exigirá mais

daqueles que não perderam a fé e a esperança. Somos um povo feito de fibra dos desbravadores. Sempre soubemos resistir a todos os tipos de adversidades. Sempre enfrentamos vitoriosamente todos os desafios. Os obstáculos não nos abatem. As contingências adversas não nos amedrontam. Ao contrário. Retemperam nossa disposição ao trabalho e à luta. Aguçam a inteligência e enrijecem o caráter de quem sempre buscou no trabalho a superação dos tempos ásteros de crises pelas épocas de fartura colhidas nos campos férteis da esperança e da honestidade.

Foi com este referencial que constituí minha equipe de trabalho. Com nomes que expressam, além de todos os títulos de competência, probidade e amor ao Paraná, a coragem e a garra necessárias para enfrentarmos a crise e, a despeito dela, realizarmos o programa de governo que consideramos necessário e urgente para o Estado.

Sei que poderemos, unidos diante do desafio, mudar os rumos desanimadores que vislumbramos. Sei que daremos a nós mesmos e ao Brasil a contribuição a um futuro próximo, imediato, que merecemos e que devemos aos nossos filhos, às gerações que irão nos suceder. Temos a obrigação de empenhar nossa inteligência e nosso esforço criativo para a geração de uma sociedade moderna. Obra que só estará concluída quando todos estiverem vivendo em condições de dignidade, base essencial para um regime político estável e democrático.

Paranaenses!

Meu governo estará firme e decidido no esforço de cada um dos paranaenses que trabalham pelo engrandecimento do Estado. Com os vossos sufrágios assumo a responsabilidade de dirigir o Estado. Responsabilidade que não é apenas minha, pois dependendo da ajuda, do entusiasmo, da vigilância e do trabalho de todos para cumprir o meu dever. A expressiva maioria de votos que recebi, tranqüiliza meu espírito de homem público. Certo da confiança, repetida em cada rosto, alentada no sorriso de cada criança, colhida durante as campanhas cívicas que nos trouxeram, em uma vida de dedicação ao Paraná e à democracia, ao cargo público mais importante que poderia exercer: o governo do meu Estado.

Sei que não me faltará esse apoio que nutre minha disposição ao trabalho e à luta. Que anima a caminhada ao lado dos companheiros de ideais. Essa confiança, mais que nunca, me será necessária agora, quando terei que tomar iniciativas de mudanças que certamente terão profunda repercussão na vida paranaense.

O momento é de coragem e ousadia. Advogo a capacidade de ousar porque sei que o Paraná não poderá permitir que se estiollem suas oportunidades de crescimento.

Muito menos admitir que neste processo rápido de transformações na vida nacional venha a perder importância política e econômica em benefício de deformações históricas que privilegiam desigualdades regionais.

O Paraná jamais teve ambição de caráter particular e nunca acalentou a idéia de sua diferença ou de sua separação. O que o Paraná sempre ambicionou e fez foi a sua perfeita integração, contribuindo da forma mais generosa, com sacrifícios por vezes pesados, para o engrandecimento do Brasil. Continuará a ser assim porque essa é a nossa vocação primeira.

Mas seremos justos e decididos ao exigir, a partir de agora e em todos os momentos, a retribuição correta aos nossos esforços. Reagiremos ao predomínio de uns Estados sobre outros, de regiões sobre outras. E defenderemos, intransigentemente, o retorno ao sistema federativo em sua plenitude, alicerçada em reforma tributária que permita autonomia e capacidade de gerir seus destinos. Esta é uma reivindicação nacional a que o Paraná dará o apoio de toda sua força política.

O Governo Federal terá nosso apoio enquanto avançar nas medidas necessárias à democratização e à recuperação econômica do País. E, principalmente, enquanto estiver alinhado conosco, de forma efetiva, marcando sua presença em nosso Estado. A discriminação contra o Paraná, provada ao longo do tempo na injusta distribuição de benefícios, é inaceitável. Vamos exigir que se modifiquem os critérios na aplicação dos recursos do governo federal. Reafirmando que nos períodos de crise os investimentos devem ser dirigidos para onde o retorno econômico e social é assegurado. O Paraná provou sempre que as aplicações aqui realizadas produzem resultados excelentes. Ao contrário da dispersão de recursos, hoje tão escassos, em áreas que se privilegiam muitas vezes de conveniências políticas menores e que em nada correspondem aos interesses mais altos da Nação.

Queremos os royalties de Itaipu. A remuneração justa de nosso esforço para produzir safras generosas. A retribuição ao trabalho paranaense que tem contribuído, em todos os setores, para a formação da riqueza nacional.

Paranaenses!

Seremos um governo de mudanças. Temos de construir uma sociedade moderna que não coexista com o panorama de desigualdades pungentes e carências inaceitáveis. Isso só será possível se conseguirmos dar novo impulso à nossa economia, modificando o seu perfil e, principalmente, providenciando a introdução de novos sistemas e tecnologias que ampliem a produção e a produtividade em todas as áreas. Vamos mo-

dernizar a nossa agricultura e ultrapassar o limite histórico de sua capacidade repetida em todas as safras das últimas décadas. Vamos ampliar nossa produção de alimentos, dando contribuição significativa para reduzir os custos da sobrevivência. Ao passo de um decidido apoio ao pequeno e médio produtor rural, assegurando-lhe a perspectiva de permanecer na terra e de produzir. São imperativas as providências que agilizem o processo de reforma, levando justiça e paz ao campo.

Vamos lutar pela nossa industrialização. Envidar todos os esforços para que em nossa terra se instalem projetos industriais importantes para assentar as bases de um novo patamar de desenvolvimento econômico e progresso social. Reanimaremos nosso comércio. Vamos lutar pela construção das obras básicas que consolidem nossa posição de Estado grande produtor de alimentos, de energia e corredor privilegiado das exportações de uma ampla região desta parte do continente.

Creio que este esforço de um salto modernizador terá conseqüências imediatas e positivas no terreno social, gerando empregos e salários condignos para a sobrevivência daqueles que trabalham. Esta a nossa preocupação fundamental: dias mais fartos ao nosso povo. A miséria e a fome não precisam de explicações ou justificativas. O conjunto do Governo fará o empenho imediato para erradicar os níveis dolorosos da estatística que indica os sofrimentos de nosso povo. A promoção social, a saúde, a educação e o acesso à cultura serão metas privilegiadas.

Seremos um Governo de justiça e liberdade. Com a colaboração estreita entre os Poderes, no Legislativo e no Judiciário, terá o Paraná as condições de se impor como Estado que não foge aos mandamentos da Constituição e ao cumprimento da lei. Deste princípio jamais me afastarei, formado que fui na trajetória de lutas pela instauração de um período em que a legitimidade dos poderes e a legalidade de suas ações foi a grande motivação de minha geração.

Seremos um Governo da austeridade e da racionalização. Começando pela necessária reforma da máquina administrativa que deve se adequar às exigências programáticas de construção de um novo Paraná. A estrutura administrativa deve ser a necessária e custar apenas o que seja suportável para o contribuinte. Não admitirei excessos, não permitirei mordomias, combaterei com rigor qualquer crime de corrupção. Vamos reduzir, enxugar, racionalizar. Exigir o cumprimento do trabalho. Sei que seria mais cômodo ajustar o Governo a alguns vícios que passaram a ser aceitos por força da tradição com que se impuseram. Não é meu

estilo contemplar desvios dessa natureza ou ceder a pressões para manter privilégios.

Paranaenses!

É imenso o desafio. Mas, sei que terei forças que emanam da confiança que o povo me atribui. Não faltarei em nenhum momento a essa confiança. Seremos fortes para cumprir nosso dever e realizar a obra de um Paraná maior. Um Paraná forte, unido, coeso, que deve servir às gerações de hoje e de amanhã como exemplo fecundo de nossa inteligência e sensibilidade.

Nossas ações serão nítidas e abertas ao julgamento público. Os brasileiros do Paraná jamais toleraram a ambigüidade. Exigem o resgate da dívida social. Anseiam pela retomada do desenvolvimento. E não suportam nem desmandos, muito menos a impunidade. Serei sempre claro e objetivo nas posições de governo, que devem ser do conhecimento de todos em sua inteireza e veracidade.

Este é o pacto principal que quero estabelecer neste compromisso de posse. Fazer sempre prevalecer a verdade e com a sinceridade necessária expor aos meus con-cidadãos todos os problemas. Acredito que esta é a única forma de estabelecer relações justas e corretas entre o Governo e a sociedade. E a única maneira de contar com a ajuda e a confiança de todos os que têm intenções honestas de engrandecer o Paraná.

Valho-me do poeta Thiago de Mello para afirmar este compromisso. "Fica decretado que só vale a verdade e apenas a verdade". Não nos pouparemos desse desígnio que significa a posição mais honesta com meu povo para construir nosso objetivo máximo de uma nova época de prosperidade e dignidade para todos nós e os que irão nos suceder."

Muito obrigado.

Ata de Comissão:

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA À CONSTITUIÇÃO
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos onze dias do mês de março de hum mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas, reuniram-se na Sala das Comissões, com a finalidade de instalar e eleger o Presidente e Relator Geral da Comissão Especial de Reforma à Constituição, os Senhores Deputados: Edmar Luiz Costa, José Tadeu Lúcio Machado, Basílio Zanusso e Nereu Carlos Massignan, membros efetivos da citada Comissão, indicados por suas lideranças partidárias, para comporem este órgão da Casa. Havendo número legal e de acordo com o parágrafo único do artigo 40 do Regimento Interno, assumiu a Presidência

cia o Senhor Deputado Basílio Zanusso, dando por instalada a Comissão. A seguir realizou-se a eleição, verificada a votação constatou-se a unanimidade de votos para os Senhores Deputados Edmar Luiz Costa e Basílio Zanusso para Presidente e Relator Geral, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa agradeceu aos seus nobres Pares em seu nome e em nome do Relator Geral as suas indicações, dizendo do seu propósito em corresponder com trabalho e honestidade a confiança neles depositada. O Senhor Presidente determinou que a Comissão terá a duração da presente sessão legislativa, e que as reuniões ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência. A seguir, foi votada a Redação Final da Proposição n. 165/84, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury e outros, de Emenda Constitucional, dando nova redação ao inciso II, do

artigo 22 e acrescenta dois parágrafos ao artigo 147 da Constituição Estadual. (Respectivamente, fixa subsídio e ajuda de custo dos Deputados; subsídio do Governador e subsídio e verba de representação do vice-Governador. Parecer da Redação Final FAVORÁVEL. APROVADO. O Senhor Presidente convidou o funcionário Alan Marcos Andrade, para exercer as funções de Secretário da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Relator Geral, demais membros presentes e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator Geral

Alan Marcos Andrade - Secretário